cyan magenta amarelo preto

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2023.07.04 05:26:11 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Terça-feira, 4 de julho de 2023 • Nº 1593 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

COMÉRCIO EXTERNO

Balança registra superávit de US$ 10,592 bilhões em junho

A balança comercial – diferença entre exportações e importações – fechou junho com superávit de US$ 10,592 bilhões, divulgou ontem o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). O resultado é o melhor para meses de junho e representa alta de 19,1% em relação ao mesmo mês do ano passado, pelo critério da média diária. Com o resultado de junho, a balança comercial encerrou o primeiro semestre com superávit acumulado de US$ 45,514 bilhões, resultado recorde para o período desde o início da série histórica, em 1989. Em relação ao resultado mensal, o recorde ocorreu apesar de tanto as exportações como as importações terem caído em junho. No mês passado, o Brasil vendeu US$ 30,094 bilhões para o exterior. PÁGINA 2

ROUBO

Americanas perde 5 mi de clientes e fecha 43 lojas

A Americanas teve uma queda de aproximadamente 9,9% na base de clientes ativos desde dezembro de 2022 até maio de 2023, passando de 49,1 milhões para 44,2 milhões no intervalo. As informações constam de relatório mensal divulgado na sexta-feira passada pelos administradores judiciais da varejista, a Preserva-Ação Administração Judicial e o Escritório de Advocacia Zveiter. O relatório indica também que a varejista fechou 43 lojas de janeiro de 2023 até 18 de junho, chegando a 1.837 unidades no país, um recuo de 2,3% no período. Os dados coletados pelos administradores durante os últimos meses mostram ainda que o número de funcionários da varejista saiu de 40.426 em 13 de março para 36.971 em 18 de junho, uma queda de 3.455 colaboradores, ou de 8,5%. Segundo o relatório dos administradores judiciais, a varejista foi obrigada a rever o modelo do negócio após o escândalo. PÁGINA 2

TCU

CAROLINA ANTUNES/PR

Bolsonaro pode ser barrado também da eleição de 2030

TCU (Tribunal de Contas da União) pode estender a inelegibilidade do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) (**foto**) para as eleições de 2030 e até a de 2032. Essa inelegibilidade pode ser levada ainda mais adiante com eventuais condenações criminais do ex-presidente nos casos relatados pelo ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal). No âmbito da corte de contas, deve ser aberto um processo a partir da decisão do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) que considerou ter havido abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação na reunião com embaixadores em que Bolsonaro desacreditou as urnas eletrônicas, ocorrida em julho de 2022. PÁGINA 3

PÃO DE AÇÚCAR

TRF mantém suspensão de instalação de tirolesa

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) manteve a suspensão da autorização para instalação de uma tirolesa no complexo turístico do Pão de Açúcar, no Rio de Janeiro. A decisão, do desembargador Luiz Paulo Silva Araújo Filho, mantém uma liminar da primeira instância da Justiça Federal, que paralisava as obras do empreendimento. A autorização para as obras da tirolesa havia sido dada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). O desembargador estabeleceu ainda uma multa diária para a empresa Caminho Aéreo do Pão de Açúcar caso a determinação judicial seja descumprida. Segundo o magistrado, que é relator do processo no TRF2, as obras vêm causando desmonte de rocha nos morros Pão de Açúcar e Urca, que integram o complexo tombado pela União. O processo ainda será julgado pela Sétima Turma Especializada do TRF2. PÁGINA 4

FERROVIA FIOL

Lula cobra mais investimentos de emprésarios no 'modal ferroviário'

JOÉDSON ALVES/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (**foto**) afirmou, ontem, que o Brasil precisa de mais investimentos no modal ferroviário e que a indústria siderúrgica nacional pode ser mais competitiva. Para isso, segundo ele, o governo precisa oferecer estabilidade política, econômica e social aos empresários. "Esse país precisa definitivamente cumprir com esses compromissos: estabilidade, credibilidade e previsibilidade. Nós temos que colocar no papel e cumprir aquilo que nós colocamos no papel para que ninguém seja pego de surpresa", disse Lula, durante cerimônia de início das obras da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol), em Ilhéus, litoral da BA. PÁGINA 2

CRIMINOSO CONTUMAZ

MPF investigará André Valadão por crime de homotransfobia

O Ministério Público Federal (MPF) vai investigar o pastor evangélico André Valadão por suposto crime de homotransfobia. Em um culto transmitido pela internet, o líder religioso disse que os fiéis deveriam matar membros da comunidade LGBTQIA+. Como mostrou a Folha de S.Paulo, o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) também abriu inquérito contra Valadão por falas agressivas contra pessoas LGBT+. O episódio no domingo passado na Igreja Batista Lagoinha em Orlando, nos Estados Unidos. "Agora é a hora de tomar as cordas de volta e dizer: Pode parar, reseta! Mas Deus fala que não pode mais", afirmou o Valadão. "Ele diz: 'Já meti esse arco-íris aí. PÁGINA 3

INDICADORES

IBOVESPA: 1,34% / 119.672,78 / 1.585,78 / Volume: R$ 21.498.464.029 / Negócios: 3.877.202

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
LOCAWEB ON NM	8.92	+3.96	+0.34
GERDAU PN N1	25.97	+3.59	+0.90
GERDAU MET PN N1	12.26	+3.72	+0.44
COSAN ON NM	18.38	+2.91	+0.52
VALE ON NM	66.23	+3.13	+2.01

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
MRV ON NM	11.21	–3.11	–0.36
RAIADROGASILON NM	28.77	–2.80	–0.83
AZUL PN N2	21.35	–2.33	–0.51
TIM ON EJ NM	14.29	–2.26	–0.33
MINERVA ON NM	10.42	–1.98	–0.21

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
VALE ON NM	66.23	+3.13	+2.01
PETROBRAS PN N2	30.08	+1.86	+0.55
BRASIL ON NM	50.39	+2.00	+0.99
BTGP BANCO UNT N2	32.37	+2.93	+0.92
SUZANO S.A. ON NM	44.22	0.00	0.00

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	34.418,47	+0,03
NASDAQ Composite	13.816,772	+0,21
Euro STOXX 50	4.397,79	-0,07
CAC 40	7.386,7	-0,18
FTSE 100	7.527,26	-0,06
DAX 30	16.081,04	-0,41

Salário mínimo	R$ 1.320,00
Ufir	R$ 4,3329
Taxa Selic (21/06)	13,75%
Poupança 3 (1º/7)	0,68%
TR (prefixada) (06/2023)	0,1799%

IGP-M	-1,93% (jun.)
IPCA 5	-0,09% (jun.)
CDI 0,05	até o dia 03/jul.
OURO BM&F/grama	R$ 291,50
EURO Comercial	Compra: 5,2442 Venda: 5,2449

EURO turismo	Compra: 5,2688 Venda: 5,4488
DÓLAR Ptax - BC	Compra: 4,7870 Venda: 4,7876
DÓLAR comercial	Compra: 4,8072 Venda: 4,8078
DÓLAR turismo	Compra: 4,7973 Venda: 4,9773

Economia

MERCADOS

Bolsa e dólar sobem com dados melhores de inflação e de juros

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) voltou a subir ontem e fechou em alta de 1,34%, a 119.672 pontos, apoiada pela melhora nas expectativas de inflação e de cortes para a Selic (taxa básica de juros), divulgadas no boletim Focus, do Banco Central (BC).

O dólar também registrou alta após ter fechado o semestre com sua maior desvalorização desde 2016. A moeda americana terminou o dia com ganho de 0,37%, cotada a R$ 4,806.

Nesta segunda-feira, o boletim Focus mostrou que o mercado reduziu sua projeção para inflação brasileira neste ano para 4,98%, ante 5,06% no levantamento anterior.

Após a divulgação do Focus, os juros futuros, que já estão nos menores níveis do ano, registravam nova queda. Os contratos com vencimento em janeiro de 2024 saíram de 12,84% para 12,78%, enquanto os de 2025 caíam de 10,77% para 10,64%.

A queda mais significativa foi a dos juros para 2026, que foram de 10,11% para 9,96%, ficando abaixo dos 10% pela primeira vez no ano, o Ibovespa registrou forte alta ontem, impulsionada pela subida de 3,22% das ações da Vale após a mineradora ter obtido aprovação de sua licença de operação na barragem Torto pelo estado de Minas Gerais. A ação da empresa foi a mais negociada da sessão desta segunda.

A maior alta do dia foi da Locaweb (3,96%), que passa por correção após ter acumulado forte queda na semana passada. Os papéis da companhia também entraram na carteira de recomendações semanal da BB Investimentos, o que ofereceu impulso adicional.

As siderúrgicas Gerdau e Usiminas registraram forte alta, com ganhos de 3,80% e 2,68%, respectivamente. A Petrobras também teve alta, com suas ações preferenciais subindo 1,86% após forte queda na sexta-feira passada.

COMÉRCIO EXTERNO

Balança registra superávit de US$ 10,592 bilhões em junho

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

A balança comercial – diferença entre exportações e importações – fechou junho com superávit de US$ 10,592 bilhões, divulgou ontem o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). O resultado é o melhor para meses de junho e representa alta de 19,1% em relação ao mesmo mês do ano passado, pelo critério da média diária.

Com o resultado de junho, a balança comercial encerrou o primeiro semestre com superávit acumulado de US$ 45,514 bilhões, resultado recorde para o período desde o início da série histórica, em 1989.

Em relação ao resultado mensal, o recorde ocorreu apesar de tanto as exportações como as importações terem caído em junho. No mês passado, o Brasil vendeu US$ 30,094 bilhões para o exterior, queda de 8,1% em relação ao mesmo mês de 2022 pelo critério da média diária. As compras do exterior somaram US$ 19,502 bilhões, recuo de 18,2% pelo mesmo critério.

Do lado das exportações, a queda das commodities (bens primários com cotação internacional) foi a principal responsável pela retração. Após baterem recorde no primeiro semestre do ano passado, após o início da guerra entre Rússia e Ucrânia, as commodities recuaram nos últimos meses, provocando a retração nas vendas externas. A safra recorde de soja contribuiu para segurar a queda nas exportações.

No mês passado, o volume de mercadorias exportadas subiu apenas 6,7%, enquanto os preços caíram 15,2% em média na comparação com o mesmo mês do ano passado. Nas importações, a quantidade comprada caiu 3,3%, mas os preços médios recuaram 17,7%.

SETORES

Ao comparar o setor agropecuário, a safra recorde de grãos pesou mais nas exportações. O volume de mercadorias embarcadas subiu 30,4% em junho na comparação com o mesmo mês de 2022, enquanto o preço médio caiu 18,2%. Na indústria de transformação, a quantidade caiu 5,7%, com o preço médio recuando 7,1%. Na indústria extrativa, que engloba a exportação de minérios e de petróleo, a quantidade exportada subiu 12%, enquanto os preços médios caíram 28,3%.

Os produtos com maior destaque nas exportações agropecuárias foram milho não moído (-13,5%), café não torrado (-26,2%) e algodão bruto (-28,3%). Exceto no caso do café, afetado pela safra menor, essa diminuição se deve principalmente aos preços. O destaque positivo foi a soja, cujas exportações subiram 10,1% de junho do ano passado a junho deste ano por causa da safra recorde, mesmo o preço médio tendo caído 20,7%.

Na indústria extrativa, as maiores quedas foram registradas em minério de ferro e concentrados (22,8%) e óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus (25%). Nos dois casos, a quantidade exportada subiu, mas os preços médios caíram com a acomodação das cotações internacionais após o primeiro aniversário da guerra entre Rússia e Ucrânia.

Na indústria de transformação, as maiores quedas ocorreram nos combustíveis (47,9%), gorduras e óleos vegetais industrializados (49%) e ferro industrializado (36%).

Em relação as importações, os maiores recuos foram registrados no trigo e centeio, não moídos (58,8%), milho não moído (92,5%) e látex, borracha natural e gomas naturais (63,9%), na agropecuária; carvão não aglomerado (56,8%), petróleo bruto (46,8%) e gás natural (29,6%), na indústria extrativa; e combustíveis (21,7%), compostos organo-inorgânicos (26%) e adubos ou fertilizantes químicos (66,1%) na indústria de transformação.

Em relação aos fertilizantes, cujas compras do exterior ainda são impactadas pela guerra entre Rússia e Ucrânia, a queda deve-se principalmente à diminuição de 55,2% nos preços. A quantidade importada caiu 24,3% em maio na comparação com junho do ano passado.

ESTIMATIVA

Apesar da desvalorização das commodities, o governo revisou levemente para cima a projeção de superávit comercial. Para 2023, o governo prevê saldo positivo de US$ 84,7 bilhões, contra projeção anterior de US$ 84,1 bilhões.

Segundo o MDIC, as exportações diminuirão 1,4% em 2023 e encerrarão o ano em US$ 330 bilhões. As estimativas são atualizadas a cada três meses. As importações recuarão 10% e fecharão o ano em US$ 245,2 bilhões.

ROUBO

Americanas perde 5 mi de clientes e fecha 43 lojas desde janeiro

A Americanas teve uma queda de aproximadamente 9,9% na base de clientes ativos desde dezembro de 2022 até maio de 2023, passando de 49,1 milhões para 44,2 milhões no intervalo.

As informações constam de relatório mensal divulgado na sexta-feira passada pelos administradores judiciais da varejista, a Preserva-Ação Administração Judicial e o Escritório de Advocacia Zveiter.

O relatório indica também que a varejista fechou 43 lojas de janeiro de 2023 até 18 de junho, chegando a 1.837 unidades no país, um recuo de 2,3% no período.

Os dados coletados pelos administradores durante os últimos meses mostram ainda que o número de funcionários da varejista saiu de 40.426 em 13 de março para 36.971 em 18 de junho, uma queda de 3.455 colaboradores, ou de 8,5%.

Segundo o relatório dos administradores judiciais, a varejista foi obrigada a rever o modelo do negócio após o escândalo.

"O prazo de pagamento a fornecedores diminuiu consideravelmente após janeiro de 2023", aponta o relatório, indicando a pressão das empresas em receber os recursos devidos pela Americanas.

Em junho de 2022, o prazo médio de pagamento aos fornecedores era de 97 dias, e alcançou 122 dias em dezembro. Porém, desabou para apenas quatro dias em maio de 2023.

A varejista afirma no documento que, em maio, estabilizou sua operação e retomou o fornecimento "com praticamente todos os fornecedores."

Ao final de maio, a Americanas contava com um caixa disponível no valor de R$ 1,178 bilhão, uma queda de 48,4% em relação aos R$ 2,283 bilhões em dezembro do ano passado.

O relatório indica também que o total investido pela Americanas em suas operações em maio de 2023 foi de aproximadamente R$ 4,7 milhões, valor 95% menor do que a média de investimentos realizados entre junho de dezembro de 2022.

Os dados mostram ainda que, em maio de 2023 , o canal digital não recebeu investimentos.

As ações da Americanas encerraram o pregão na B3 nesta segunda-feira (3) cotadas a R$ 1,19, ante R$ 9,65 em dezembro de 2022, uma queda de 87,6%. O valor de mercado da varejista saiu de R$ 8,7 bilhões para R$ 1,07 bilhão no intervalo, segundo dados da Bloomberg.

A Americanas entrou em recuperação judicial no dia 19 de janeiro, com dívidas da ordem de R$ 43 bilhões com 16,3 mil credores.

O pedido de recuperação judicial aconteceu cerca de uma semana após o ex-presidente da empresa Sergio Rial assinar um comunicado ao mercado em que revelava a existência de R$ 20 bilhões em "inconsistência contábeis" no balanço da varejista.

INVESTIMENTOS

Lula pede mais ferrovias e defende estabilidade para os empresários

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou, ontem, que o Brasil precisa de mais investimentos no modal ferroviário e que a indústria siderúrgica nacional pode ser mais competitiva. Para isso, segundo ele, o governo precisa oferecer estabilidade política, econômica e social aos empresários.

"Esse país precisa definitivamente cumprir com esses compromissos: estabilidade, credibilidade e previsibilidade. Nós temos que colocar no papel e cumprir aquilo que nós colocamos no papel para que ninguém seja pego de surpresa", disse Lula, durante cerimônia de início das obras no Lote 1F da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol), em Ilhéus, litoral da Bahia.

"Eu queria dizer aos empresários que estão nesta empreitada para construir a ferrovia que não é interesse de um empresário ou de outro empresário, é interesse da soberania nacional fazer essa ferrovia e outras ferrovias no país para que a gente possa ter esse país competitivo com qualquer outro país do mundo", acrescentou.

Ainda para o presidente, o desenvolvimento do país e a melhoria da qualidade de vida da sociedade passam pela formação e qualificação profissional da população. Lula lembrou que, apesar do projeto de malha ferroviária do Brasil ser antigo, o país deixou de formar engenheiros ferroviários e de investir na indústria desse modal.

"Esse país não produz mais trilhos, aliás, esse país não produzia mais dormente. Eu lembro que nós criamos a maior fábrica de dormente do mundo quando começamos a fazer a Transnordestina. E ela hoje parou. A CSN [Companhia Siderúrgica Nacional] há 40 anos atrás produzia trilhos, hoje não produz mais", disse Lula.

"Então, é uma vergonha um país do tamanho do Brasil, que quer ter uma malha ferroviária para facilitar o transporte da sua riqueza, ter que importar trilho de outro país, com a quantidade de minério de ferro que nós temos e a quantidade de siderúrgicas que nós temos. Isso é um desafio para nós, o Brasil está importando trilhos quando poderia produzir aqui, para gerar mais emprego no país e oportunidade de crescimento da cidadania do nosso povo", argumentou o presidente.

INTEGRAÇÃO

A Fiol é composta por três trechos, sendo que o primeiro - Fiol 1 - liga as cidades baianas de Ilhéus e Caetité, com 537 quilômetros de extensão, e passa por 19 municípios. A previsão de início da operação desse trecho é a partir de 2027, mas Lula pediu que seja feita "horas extra" para que a obra seja entregue antes do fim de seu mandato, em 2026.

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, afirmou que o projeto da Fiol será incluído no novo programa de infraestrutura do governo, que deve ser lançado ainda neste mês.

De acordo com o governo, a integração ferroviária consolidará um corredor de escoamento para o mercado externo de minério de ferro da região sul do estado e de grãos da região oeste. Quando estiver em plena operação, a estimativa que é o uso do modal promova redução de 86% na emissão de gases do efeito estufa na atmosfera.

As obras do Lote 1F da Fiol estão sob responsabilidade da Bahia Mineração (Bamin), que arrematou a concessão do trecho em leilão realizado em abril de 2021.

CVM

Eletrobras demite executivo envolvido em suposta fraude

A Eletrobras destituiu o vice-presidente de comercialização, João Carlos de Abreu Guimarães. Em comunicado, a empresa informou que a decisão foi tomada pelo conselho de administração.

Como mostrou o Painel S.A., do jornal Folha de S.Paulo, uma denúncia apresentada à CVM por supostas fraudes praticadas pelo Grupo Delta Energia colocou o executivo em uma situação constrangedora.

Embora ainda esteja em fase preliminar de apuração pela autarquia, a denúncia aponta indícios de operações simuladas que, supostamente, causaram danos a dois fundos de investimento ligados à Delta —e que tiveram como lastro operações de compra e venda de energia no mercado livre.

À época, Guimarães era diretor da Beta, uma das comercializadoras de energia ligada ao grupo, pivô da denúncia. Até esta segunda, o executivo cuidava da comercialização de energia da Eletrobras.

A reportagem obteve cópia da denúncia feita por um ex-diretor de uma comercializadora de outro grupo econômico envolvida no negócio. Nela, ele afirma que a Delta, por meio de suas comercializadoras de energia e empresas terceiras em dificuldades financeiras, simulou operações de compra e venda de energia que tiveram como finalidade gerar ganhos para dois fundos de investimentos controlados pela Delta.

A Beta, dirigida por Guimarães, foi uma das principais comercializadoras do suposto esquema.

Consultada, a Delta nega irregularidades e diz que a denúncia é mentirosa.

Diário do Acionista
As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade
Tels.: (21) 3923-5158 / 96865-1628

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3923-5158 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

Manhã Tarde Noite 22º 10º 5% 06:50 17:31 **INVERNO:** Sol com nevoeiro ao amanhecer. As nuvens aumentam a tarde.

TCU

Bolsonaro pode ser barrado também da eleição de 2030

TCU (Tribunal de Contas da União) pode estender a inelegibilidade do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) para as eleições de 2030 e até a de 2032.

Essa inelegibilidade pode ser levada ainda mais adiante com eventuais condenações criminais do ex-presidente nos casos relatados pelo ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal).

No âmbito da corte de contas, deve ser aberto um processo a partir da decisão do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) que considerou ter havido abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação na reunião com embaixadores em que Bolsonaro desacreditou as urnas eletrônicas, ocorrida em julho de 2022.

O TSE ainda prepara o despacho que será mandado para o TCU. As informações do processo também serão enviadas para municiar inquéritos criminais que tramitam no STF.

A Lei da Ficha Limpa determina que gestores públicos que tiverem as contas reprovadas por irregularidade que configure ato doloso de improbidade ficam os oito anos seguintes da decisão impedidos de disputar eleições.

Como o Tribunal de Contas ainda tem de receber a decisão do TSE e iniciar um processo interno para avaliar o tema, a ação deve demorar para ter um desfecho no TCU para, só depois, começar a contagem do período de inelegibilidade.

No entanto, em representação, o subprocurador-geral do Ministério Público junto ao TCU, Lucas Rocha Furtado, já pede uma apuração de dano aos cofres públicos no contexto da decisão tomada pelo TSE.

Ele encaminhou o pedido de apuração de "dano ao erário decorrente do abuso de poder político e do uso indevido dos meios de comunicação, especialmente por meio de canal público" ao presidente do TCU, Bruno Dantas.

Nos bastidores de tribunais superiores e do próprio TCU, é visto como improvável que o tribunal não condene o ex-presidente.

A corte irá analisar o tema porque o relator da ação contra Bolsonaro no TSE, ministro Benedito Gonçalves, além de votar pela condenação do ex-mandatário, também determinou que o caso seja enviado ao Tribunal de Contas a fim de avaliar o uso indevido de prédios públicos no encontro com representantes estrangeiros.

O entendimento em conversas reservadas em tribunais de Brasília é o de que a mais alta corte eleitoral do país já decidiu que se tratou de um ato ilegal de pré-campanha e que será difícil o TCU não tomar uma decisão no mesmo sentido e determinar a devolução dos recursos públicos usados na realização do evento.

Do ponto de vista legal, uma saída para Bolsonaro para não ter a inelegibilidade estendida seria se antecipar e devolver de antemão o dinheiro usado a fim de ganhar um argumento jurídico consistente.

Na decisão do TSE, a inelegibilidade de Bolsonaro vale por oito anos a partir de 2 de outubro de 2022, o que deve permitir que ele concorra às eleições em 2030. Já uma eventual decisão do TCU teria como data inicial da inelegibilidade o momento do fim da ação, o chamado trânsito em julgado.

Há, ainda, possibilidade de ele ser punido também na esfera criminal nos próximos meses.

Ao votar no julgamento do TSE, o ministro Alexandre de Moraes, que também integra o Supremo, citou milícias digitais durante sua manifestação e fez referências a elas ao menos duas vezes.

O inquérito das milícias digitais reúne todas as investidas golpistas de Bolsonaro contra as instituições e sua atuação na disseminação de fake news e desinformação ao longo do mandato.

Ao cogitar a relação dos casos, Moraes indica que apontará Bolsonaro como um dos autores intelectuais dos ataques, além de relacionar o 8 de janeiro como mais um dos eventos atrelados à organização criminosa investigada naquele inquérito.

Além de aplicar a condenação a Bolsonaro, o TSE mandou a decisão para a PGR (Procuradoria-Geral da República) e para Moraes, na condição de relator dos inquéritos que investigam suposto vazamento de informações sigilosas de suposto ataque ao sistema do TSE e sobre a convocação de atos antidemocráticos.

Também mandou ao ministro Luiz Fux, relator de um processo no qual deputados federais afirmam que Bolsonaro praticou crime contra o Estado democrático de Direito, crime de responsabilidade e eleitoral e atos de improbidade administrativa devido à reunião com embaixadores.

Por isso, a hipótese de Bolsonaro se tornar inelegível em caso de determinadas condenações criminais, como previsto na Lei da Ficha Limpa, também não é improvável.

Transporte

Passageiros enfrentam 4h de fila para resolver falha no Bilhete Único

Após uma falha no sistema do Bilhete Único bloquear 40 mil cartões desde sexta-feira passada, usuários de transporte público de São Paulo têm enfrentado mais de quatro horas de fila e postos de atendimento lotados para recuperar os créditos.

Entre os bilhetes afetados estão os que utilizam as modalidades de crédito comum, estudante, vale transporte e idoso 60-64. A troca é gratuita para quem foi afetado pelo problema, de acordo com a SPTrans, e os créditos devem ser devolvidos em até 72 horas.

Para isso, usuários procuraram postos de atendimento da SPTrans, mas têm encontrado filas com mais de 200 pessoas. Segundo relatos de usuários nos terminais Bandeira (centro) e Santo Amaro (zona sul), o sistema da SPTrans ficou fora do ar entre as 11h30 e as 12h10, aumentando a angústia de quem precisava do atendimento.

Com a volta da operação, alguns usuários conseguiram o bilhete novo com os créditos restituídos imediatamente.

No terminal Jabaquara, na zona sul, Simone Gil, 40, esperava desde as 8h desta segunda-feira na fila para o atendimento antes de conseguir voltar para casa após o fim trabalho noturno, como cuidadora de idosos, no Tatuapé, zona leste da capital.

"No sábado de manhã funcionou, mas à tarde já não deu. No metrô, me disseram que era para resolver com a SPTrans, só na segunda", afirmou Simone. Ela trabalhou no fim de semana e precisou pagar as passagens para ir ao trabalho e voltar para casa, no Jardim Selma, na zona sul.

Atrás dela na fila, a auxiliar Érika Santos, 36, também aguardava havia quatro horas para reaver os créditos antes de começar a jornada. "Preciso do bilhete para levar minha filha na escola e depois trabalhar na região da Berrini."

Ela reclamou da falta de informações entre os motoristas durante o fim de semana. "Eles não sabiam e achavam que era mentira para não pagar passagem. No domingo, cheguei a pagar, mas a cobradora viu que chegou mais um passageiro com o mesmo problema e devolveu meu dinheiro."

Foi o que aconteceu com Débora Lopes, 47. Ela mora no Jabaquara e trabalha na região da Vila Nova Conceição.

Na zona oeste, a fila para atendimento no terminal Lapa chegava até a rua Guaicurus, na frente do local, por volta das 14h30.

Depois de esperar por duas horas, o barbeiro Benedito Mendes, 41, conseguiu o bilhete novo com os créditos. Ele era uma das cem pessoas que esperavam atendimento na unidade.

Ele mora na região de Anhanguera, na zona norte, e trabalha em um salão na Vila dos Remédios, na zona oeste. "No sábado, o bilhete não passou e tive que pagar a passagem do bolso. Cheguei a vir aqui, mas fiquei das 19h até as 20h30, a fila não andou e eu fui embora. Consegui resolver hoje."

A diarista Débora da Silva, 30, já estava na segunda tentativa do dia. A SPTrans diz que orientou todas as concessionárias de ônibus a liberar a entrada, fazendo o desembarque pela porta da frente, caso os bilhetes apresentem mensagem de bloqueio.

A liberação vale, segundo a secretaria de Transportes Metropolitanos, para trens da CPTM e do metrô. "A liberação ocorrerá até a normalização total do Bilhete Único", disse a pasta, em nota.

O assistente administrativo David Alves, 36, aproveitou a hora do almoço para buscar atendimento, na sua estava havia uma hora esperando. Ele chegou a comprar uma recarga com o cartão de crédito, mas notou, ao tentar validar as passagens, que o bilhete estava bloqueado.

"Usei normalmente na sexta, hoje estava bloqueado. Já me orientaram que esse valor debitado vai ser recarregado no próximo bilhete."

O Tribunal de Contas do Município enviou um ofício à Prefeitura de São Paulo pedindo detalhes sobre a falha técnica que causou o bloqueio, e deve discutir o tema na sessão plenária de amanhã.

Compra de munição

Supremo mantém suspensão de decretos de Bolsonaro sobre armas

ANDRÉ RICHTER/BRASIL

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu manter a suspensão de decretos do ex-presidente Jair Bolsonaro que alteraram o limite da compra de munição por pessoas autorizadas a portar arma de fogo.

As normas estão suspensas desde setembro do passado e foram julgadas definitivamente em sessão de julgamento virtual da Corte. A votação terminou na sexta-feira passada, e o resultado foi divulgado ontem.

Com a confirmação da decisão, a limitação da quantidade de munição deve ser garantida apenas na quantidade necessária para a segurança dos cidadãos, o Poder Executivo não pode criar novas situações de necessidade que não estão previstas em lei e a compra de armas de uso restrito só pode ser autorizada para segurança pública ou defesa nacional, e não com base no interesse pessoal do cidadão.

A maioria dos ministros seguiu voto proferido pelo relator, ministro Edson Fachin. Também votaram sobre a questão os ministros Luís Roberto Barroso, Alexandre de Moraes, Gilmar Mendes, Rosa Weber, Cármen Lúcia e Dias Toffoli.

Fachin reiterou voto pela suspensão dos decretos. "As melhores práticas científicas atestam que o aumento do número de pessoas possuidoras de armas de fogo tende a diminuir, e jamais aumentar, a segurança dos cidadãos brasileiros e dos cidadãos estrangeiros que se achem no território nacional", afirmou.

A suspensão dos decretos foi motivada por ações protocoladas pelos partidos PT e PSB e tratam dos decretos 9.846/2019 e 9.845/2019, além da Portaria Interministerial 1.634 de 22 de abril de 2020, norma sobre o limite da compra de munição por pessoas autorizadas a portar arma de fogo.

Criminoso contumaz

MPF vai investigar André Valadão por mandar matar membros da LGBTQIA+

O Ministério Público Federal (MPF) vai investigar o pastor evangélico André Valadão por suposto crime de homotransfobia. Em um culto transmitido pela internet, o líder religioso disse que os fiéis deveriam matar membros da comunidade LGBTQIA+.

Como mostrou a Folha de S.Paulo, o Ministério Público de Minas Gerais (MP-MG) também abriu inquérito contra Valadão por falas agressivas contra pessoas LGBT+.

O episódio no domingo passado na Igreja Batista Lagoinha em Orlando, nos Estados Unidos. "Agora é a hora de tomar as cordas de volta e dizer: Pode parar, reseta! Mas Deus fala que não pode mais", afirmou o Valadão. "Ele diz: 'Já meti esse arco-íris aí. Se eu pudesse, matava tudo e começava de novo. Mas prometi que não posso'. Agora está com vocês."

O pastor, então, insiste com os fiéis: "Não entendeu o que eu disse? Agora, tá com vocês! Deus deixou o trabalho sujo para nós".

O procurador regional dos Direitos do Cidadão no, Acre Lucas Costa Almeida Dias, é o responsável pela denúncia no MPF.

Valadão assumiu no fim de 2022 a liderança da Lagoinha Global, com mais de 700 templos no Brasil e no mundo. Subiu na hierarquia após seu pai, Márcio Valadão, nome respeitado no meio, se aposentar.

Na campanha eleitoral do ano passado, o pastor foi um dos apoiadores evangélicos mais entusiasmados de Jair Bolsonaro (PL).

A investigação do MP-MG atendeu a uma apresentação protocolada pela deputada federal Erika Hilton (PSOL-SP). Ela denunciou um culto feito pelo líder religioso em junho, mês em que é comemorado o Orgulho LGBTQIA+, chamado "Deus odeia o orgulho".

"Considero que hoje é o mês que Deus mais repugna na humanidade", disse o pastor. A parlamentar fez uma denúncia complementar desta fala mais recente, para ser anexada ao processo.

Saúde

Cobertura vacinal contra gripe está em 44,5%; meta é 90%

CAMILA BOEHM/ABRASIL

A cobertura vacinal contra a gripe (influenza) no estado de São Paulo está em 44,5%, e a meta é de 90%, segundo a Secretaria de Estado da Saúde. Diante do resultado, o governo está prorrogando pela segunda vez a campanha de vacinação para a população acima de 6 meses – a data prevista para encerramento é 31 de julho.

Questionado sobre a baixa adesão à vacinação no estado e as estratégias adotadas para ampliar a cobertura vacinal, o governo não respondeu. De janeiro a maio deste ano, foram aplicadas 6,1 milhões de doses vacina. Com a prorrogação da campanha, foram aplicadas mais 4,6 milhões de doses em junho, levando a um total de 10.769.619 milhões.

Neste ano, a Secretaria da Saúde já registrou 176 mortes decorrentes de casos graves causados pela infecção dos diversos tipos de vírus da influenza. Foram registradas ainda 2.086 hospitalizações até a última semana de junho.

No mesmo período do ano passado, houve 1.540 internações e 259 óbitos. Apesar da queda na letalidade, o número de hospitalizações cresceu 35,4% no primeiro semestre de 2023. Em todo o ano passado, foram registrados 339 mortes e 3.116 casos de gripe em que foi necessária a hospitalização do paciente.

Segundo especialistas, a gripe geralmente causa febre, espirros, nariz congestionado, cansaço e dores no corpo. Casos mais graves podem afetar crianças menores de 6 anos de idade, idosos, gestantes e pessoas com comorbidades, podendo inclusive levar à morte. A vacinação é eficaz para evitar a evolução da doença para quadros mais graves.

A Secretaria da Saúde ressalta que a vacina, desenvolvida pelo Instituto Butantan, é segura, eficaz e que reações alérgicas são raras. Como o vírus tem alta capacidade de mutação e tem características alteradas ao longo do tempo, as pessoas precisam se imunizar todos os anos. A cepa do vírus H1N1 usada em 2023, por exemplo, é diferente da que foi usada para produzir os imunizantes no ano passado, informou a pasta.

Educação

Secretários levam ao MEC proposta para Ensino Médio

Os secretários estaduais de educação entregaram ontem, em conjunto, ao Ministério da Educação (MEC), uma proposta de readequação do Novo Ensino Médio. Para o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), a revogação total da lei que institui o Novo Ensino Médio é "completamente inviável". A entrega do documento foi feita em audiência pública transmitida online.

Diante das especificidades tanto regionais quanto de oferta do ensino no país, o Consed defende que sejam elaboradas orientações, em conjunto com os estados, para a oferta do ensino médio noturno, educação de jovens e adultos (EJA) e também para estudantes de ensino médio do campo, quilombolas, indígenas, jovens ribeirinhos, jovens com deficiência e outros públicos não hegemônicos. Além disso, os secretários ressaltam a necessidade de investimentos para melhoria da infraestrutura das escolas. Segundo eles, propor "parâmetros mínimos" para a diversidade de cenários e realidades educacionais e escolares do Brasil como pré-requisito para implementação da reforma inviabiliza a implementação. "Quaisquer parâmetros mínimos de qualidade devem ser estabelecidos a partir de um plano nacional de investimentos suficientes para alcançá-los, estruturado em regime de colaboração", diz o documento divulgado.

Os secretários defendem ainda a manutenção da possibilidade de oferta de educação a distância (EaD), preferencialmente, para Itinerários formativos com critérios de oferta definidos pelos sistemas de ensino. Os itinerários formativos são a parte do ensino médio que pode ser escolhida pelo estudante, mediante a oferta de cada rede de ensino.

Também defendem que 300 horas dentre aquelas que seriam destinadas aos itinerários possam ser usadas para recomposição de aprendizagens, estudos orientados e outros componentes. O Novo Ensino Médio está previsto em lei aprovada em 2017. Com o modelo, parte das aulas será comum a todos os estudantes do país, direcionada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

INVERNO: Sol com algumas nuvens. Não chove. Manhã Tarde Noite 26º 13º 5% 06:35 17:21

CRIME AMBIENTAL

Pão de Açúcar: TRF mantém suspensão de instalação de tirolesa

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) manteve a suspensão da autorização para instalação de uma tirolesa no complexo turístico do Pão de Açúcar, no Rio de Janeiro. A decisão, do desembargador Luiz Paulo Silva Araújo Filho, mantém uma liminar da primeira instância da Justiça Federal, que paralisava as obras do empreendimento.

A autorização para as obras da tirolesa havia sido dada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). O desembargador estabeleceu ainda uma multa diária para a empresa Caminho Aéreo do Pão de Açúcar caso a determinação judicial seja descumprida.

Segundo o magistrado, que é relator do processo no TRF2, as obras vêm causando desmonte de rocha nos morros Pão de Açúcar e Urca, que integram o complexo tombado pela União.

O processo ainda será julgado pela Sétima Turma Especializada do TRF2. Em nota, divulgada em abril deste ano, o Iphan informou que a autorização para a tirolesa tramitava desde 2020 e só foi concedida após o sinal verde dado pelo Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH) e pela Secretaria Municipal de Ambiente e Clima.

O Iphan orientou a empresa contratada pelo Parque Bondinho Pão de Açúcar a adotar uma série de procedimentos e soluções de modo a preservar o valor paisagístico do Pão de Açúcar, que fundamenta o tombamento. As soluções propostas pelo Iphan foram contempladas no projeto aprovado", informa nota publicada em abril.

EXIGÊNCIAS

Por meio de nota, o Parque Bondinho Pão de Açúcar informou que cumpriu com os trâmites legais exigidos para a construção da tirolesa.

"O Parque Bondinho reforça que obteve as devidas autorizações por parte de todos os órgãos licenciadores e pertinentes, e que não poupará esforços para demonstrar que o projeto foi realizado sob as melhores práticas, sempre em respeito ao meio ambiente e ao patrimônio", finaliza a nota.

TRABALHO E RENDA

Julho começa com 2.285 oportunidades de emprego e estágio

A Secretaria de Estado de Trabalho e Renda está oferecendo, nesta primeira semana de julho, 991 vagas de emprego formal e com remunerações que variam de um e três salários mínimos (R$ 1.320,00 a R$ 3.960,00), tanto para quem tem experiência quanto para quem busca inserção no mercado de trabalho. Já para quem procura estágio ou uma chance como jovem aprendiz, há 1.294 oportunidades, resultado de parceria com a Fundação Mudes e o Centro de Integração Empresa Escola (CIEE).

Disponibilizadas por meio do Sistema Nacional de Emprego (Sine), as vagas estão distribuídas pelas regiões Metropolitana, Médio Paraíba e Serrana. Na Metropolitana, que concentra o maior número (735), há 239 oportunidades direcionadas, especialmente, a pessoas com deficiência (PcD), tais como atendente de lanchonete, na Tijuca, auxiliar de limpeza, na Piedade, e empacotador à mão, na Barra da Tijuca, todas sem necessidade de experiência.

A região Metropolitana oferece ainda vagas com salários de até R$ 3.960, como a de soldador, que exige ensino médio completo e experiência anterior, e para supervisor comercial, em Botafogo. Com remuneração de até dois mínimos (R$ 2.640), há chances para atendente de clínica dentária, fiscal de prevenção de perdas, lavador de pratos e operador de caixa.

Na região do Médio Paraíba, foram captadas 73 vagas, grande parte sem exigir experiência, tais como atendente de lanchonete (Valença), bombeiro civil (Resende e Itatiaia), costureiro (Volta Redonda) eletricista (Resende) e leiturista (Resende). Na Região Serrana, as 183 oportunidades oferecidas são para diferentes bairros de Teresópolis. O destaque é a vaga para analista fiscal, cuja remuneração pode chegar a R$ 3.960, com ensino superior completo, mas sem exigência de experiência. Outras posições são para gerente de hotel, na Várzea, motorista entregador, em Barra do Imbuí, e operador de empilhadeira, em Bonsucesso, entre outras.

De acordo com o Observatório do Trabalho da Secretaria de Trabalho e Renda, o setor de Serviços é responsável por 85,5% das 991 vagas disponibilizadas pelo Sine, seguido pelo Comércio, com 12,9%, e hotelaria, com 1,6%. Quanto à escolaridade, a grande maioria (64,4%) das oportunidades exige ensino médio completo, mas não requer experiência (50,2%), ao contrário das semanas anteriores.

A secretaria lembra que é importante manter cadastro e currículos atualizados no Sistema Nacional de Emprego, que analisa o perfil do candidato e a vaga cadastrada pelo empregador. Para se inscrever ou atualizar o cadastro, é necessário ir a uma unidade do Sine levando os documentos de identificação civil, carteira de trabalho, PIS/PASEP/NIT/NIS e CPF. Para consultar o endereço das unidades e os detalhes de todas as vagas oferecidas, basta acessar o Painel Interativo de Vagas da Secretaria de Trabalho e Renda do estado, disponível no site http://www.trabalho.rj.gov.br/.

Em parceria com diferentes instituições, a Secretaria de Estado de Trabalho e Renda também passa a divulgar estágios para diferentes escolaridades e oportunidades para jovem aprendiz. A Fundação Mudes está oferecendo 247 vagas de estágio nos níveis superior, médio e técnico, com bolsa-auxílio que pode chegar a R$ 2.000,00. As carreiras de ensino superior com maior número de vagas são Administração, Engenharia e Comunicação Social, e também os cursos de Arquitetura e Urbanismo, Biomedicina, Ciências Contábeis, Direito, Letras, Gastronomia, Informática, Medicina, Pedagogia, Veterinária, Sistemas de Informação. Há chances também para estágio no Ensino Médio, com 26 vagas, sendo 17 para pessoas com deficiência. Para se candidatar, basta acessar https://www.mudes.org.br/.

Já o CIEE colocou à disposição da população do Estado do Rio 1.047 oportunidades de estágio, 611 das quais para ensino superior e 486 para ensino médio, técnico e jovem aprendiz. Informações mais detalhadas podem ser obtidas em http://www.ciee.org.br/

CISJORDÂNIA

Israel mata palestinos na maior incursão em 20 anos

Ao menos oito palestinos morreram e 50 ficaram feridos ontem, no campo de refugiados de Jenin, na que já é considerada a maior incursão de Israel contra o território da Cisjordânia ocupada em quase duas décadas. A ofensiva mobilizou centenas de soldados e incluiu ataques aéreos com drones.

A ação ordenada pelo prêmie Binyamin Netanyahu, cujo governo é o mais à direita na história de Israel, ocorre após pressão de setores radicais da base aliada e não tem data para acabar. O episódio agrava a delicada situação de segurança na região e desperta preocupação.

Uma operação dessa magnitude não era registrada desde a Segunda Intifada, na primeira metade da década de 2000, marcada pelo levante palestino contra autoridades de Israel e por episódios de violência que provocaram mortes dos dois lados. Na manhã de ontem, pelo menos seis drones israelenses sobrevoavam a região, que abriga 17 mil pessoas em uma área de menos de meio quilômetro quadrado.

O governo de Israel disse que a operação começou pouco depois da 1h no horário local (19h de domingo em Brasília), com ataques de drones contra supostas infraestruturas terroristas em Jenin. Em seguida, centenas de soldados avançaram por terra com veículos blindados.

Segundo Tel Aviv, as tropas israelenses atacaram um prédio que servia como centro de comando para a Brigada de Jenin, organização formada por combatentes de grupos militantes, sob a justificativa de interromper atividades de grupos extremistas no campo de refugiados. Retroescavadeiras blindadas foram usadas para abrir caminhos bloqueados, e tiroteios intensos foram ouvidos por horas.

Israel Katz, ministro da Energia e membro do gabinete de segurança de Israel, limitou-se a dizer que a operação duraria o "tempo que fosse necessário" e sugeriu que as forças israelenses podem permanecer no local por dias. "Uma operação não termina em um dia."

Horas depois, o premiê Binyamin Netanyahu afirmou que a operação "muda a equação" da luta do Estado contra o terrorismo. "Jenin se tornou um refúgio para o terrorismo. Estamos colocando um fim nisso", afirmou, acrescentando que as ações se concentram em uma área densamente povoada, mas que todo o cuidado estaria sendo tomado para não afetar civis.

O Ministério da Saúde da Palestina confirmou a morte de pelo menos oito pessoas em Jenin — outras 50 ficaram feridas, incluindo dez em estado grave. Outro homem foi morto na cidade de Ramallah, durante a noite, após ser baleado na cabeça próximo a um posto de controle, em condições ainda não esclarecidas.

Autoridades palestinas e organizações internacionais acusam Israel de atingir civis. "Há bombardeios e invasão de terras", disse à agência de notícias AFP Mahmud al-Saadi, diretor do Crescente Vermelho (equivalente à Cruz Vermelha em países muçulmanos) palestino. "Várias casas e estabelecimentos foram bombardeados (...). Há fumaça saindo por todos os lados", acrescentou.

"O que está acontecendo é uma guerra real", disse o motorista de ambulância palestino Khaled Alahmad à agência Reuters. "Houve ataques do céu visando ao acampamento (de refugiados). Toda vez que entramos (em Jenin), vemos de cinco a sete ambulâncias cheias de feridos."

Forças israelenses não usavam drones para realizar ataques na Cisjordânia desde ao menos 2006, mas voltaram a usar o equipamento em áreas perto de Jenin em 21 de junho e nesta segunda. E a escala crescente de violência que pressiona as forças terrestres deve fazer essa tática continuar, disseram militares à Reuters.

"As pessoas sabiam que provavelmente iríamos entrar [em Jenin], mas o método do ataque aéreo os pegou de surpresa", disse o tenente-coronel Richard Hecht, porta-voz do Exército israelense.

A operação iniciada nesta segunda-feira mobiliza de 1.000 a 2.000 soldados e pretende "quebrar a mentalidade que os extremistas têm do campo como um porto seguro", de acordo com o Exército de Israel, que diz que o local se tornou "um ninho de vespas".

Já o presidente da Autoridade Nacional Palestina, Mahmoud Abbas, afirmou que a operação é um "crime de guerra contra um povo indefeso". Centenas de combatentes de grupos extremistas, incluindo Hamas, Jihad Islâmico e Fatah, estão baseados no campo, criado há 70 anos para abrigar refugiados após a Guerra da Palestina de 1948. Os combatentes na região têm armas variadas e dispositivos explosivos.

Abbas, como já é de praxe após operações de Israel na Cisjordânia, também disse que suspendeu o diálogo sobre segurança que a Autoridade Palestina mantém com Tel Aviv.

"A resistência enfrentará o inimigo e defenderá o povo palestino. Todas as opções estão abertas para atacar o inimigo e responder à sua agressão a Jenin", disse em comunicado o Jihad Islâmico. Já o ministro da Defesa de Israel, Yoav Gallant, afirmou que a Inteligência do país estava "monitorando de perto a conduta dos inimigos".

As forças israelenses afirmaram ter apreendido um lançador de foguetes improvisado. Também disseram ter destruído um local usado para produção de armas e armazenamento de explosivos.

Paralelamente à tensão na Cisjordânia, o governo de Bibi, como Netanyahu é conhecido, foi alvo nesta segunda-feira de um protesto com milhares de pessoas no Aeroporto Internacional Ben Gurion, o principal do país. A maioria dos presentes levava cartazes que pediam democracia e versavam contra a reforma judicial pautada pelo governo. Ao menos 37 pessoas foram presas.

No último dia 19, uma operação do Exército israelense com o apoio de um helicóptero, outra tática rara na região, deixou ao menos cinco mortos, incluindo um adolescente, além de 91 feridos. Após a ofensiva, quatro israelenses foram mortos perto de um assentamento judaico na Cisjordânia, em ações que motivaram ataques de colonos contra aldeias e cidades palestinas. Com a espiral de violência, membros do governo radicalizaram discursos e exigiram medidas firmes.

As tensões na região já haviam aumentado após a morte, em maio, de Khader Adnan, líder do Jihad Islâmico, por greve de fome. Ele estava preso sob a custódia de Israel e era acusado de incentivar verbalmente a violência. Autoridades israelenses afirmam que o militante havia recusado consultas médicas e tratamento, mas organizações de direitos humanos dizem que a morte poderia ter sido evitada.

Em nota, o grupo extremista informou que a morte de Adnan havia sido honrosa e que Tel Aviv pagaria o "preço pelo crime". Desde o início do ano, ao menos 185 palestinos, 25 israelenses, uma ucraniana e um italiano morreram no conflito entre Israel e palestinos, segundo levantamento da agência AFP.

FRANÇA

Protestos arrefecem e 157 são presos após vandalismo

No primeiro sinal de alívio para o governo Emmanuel Macron após a série de protestos na França, o número de manifestantes presos por atos de vandalismo diminuiu neste domingo e na madrugada de ontem. Segundo autoridades, 157 pessoas foram detidas, cifra bem inferior às 719 da noite anterior.

Embora os distúrbios tenham sido menos intensos, a polícia voltou a registrar episódios de violência. Ao menos três agentes de segurança foram feridos em confrontos com manifestantes, que destruíram 297 veículos e provocaram incêndios em 352 pontos de vias públicas, de acordo com balanço divulgado pelo Ministério do Interior.

Além disso, uma delegacia e um quartel foram atacados.

O incidente mais grave ocorreu na comuna de Saint-Denis, perto de Paris. Um bombeiro de 24 anos morreu ao tentar apagar um incêndio em um carro atacado por manifestantes. "O jovem morreu apesar de ter sido tratado rapidamente", lamentou o ministro do Interior, Gérald Darmanin, sem associar o caso aos protestos. Ele também anunciou a abertura de uma investigação —a causa da morte não foi esclarecida.

A revolta explodiu após a morte de Nahel, 17, de origem argelina, baleado durante uma abordagem de trânsito em Nanterre, na terça-feira. Em protesto, milhares de manifestantes incendiaram carros, saquearam lojas e atacaram prefeituras, delegacias e escolas.

Até aqui, os distúrbios causaram danos de ao menos € 20 milhões (R$ 105 milhões), segundo estimou a autoridade regional de transportes nesta segunda-feira. O órgão disse que pelo menos 39 ônibus foram incendiados em Paris e nos arredores.

Os distúrbios já representam a crise mais grave para Macron desde o movimento dos "coletes amarelos", em que milhares protestaram contra o reajuste das taxas sobre o combustível, em 2018. Numa tentativa de arrefecer a crise atual, dezenas de prefeitos convocaram uma mobilização para esta segunda diante das sedes dos governos municipais. O objetivo, disseram, seria dialogar com a população numa "mobilização cívica em busca do retorno à ordem".

"Os graves distúrbios registrados desde 27 de junho atacam com violência símbolos da República, como prefeituras, escolas, bibliotecas e a polícia municipal", diz comunicado conjunto dos prefeitos. Para manifestar a rejeição aos atos de violência, todas as administrações tocaram suas sirenes ao meio-dia no horário local (7h em Brasília).

Macron, que cancelou uma visita de Estado à Alemanha no final de semana, recebeu nesta segunda os presidentes das duas Câmaras do Parlamento. Nesta terça, ele deve conversar com aproximadamente 200 prefeitos, e a primeira-ministra Élisabeth Borne prometeu "grande firmeza" na repressão aos atos.

Para autoridades, uma linha vermelha foi cruzada com o ataque à residência do prefeito de L'Haÿ-les-Roses, cidade 10 km ao sul de Paris, o direitista Vincent Jeanbrun —os manifestantes usaram um carro para invadir a propriedade. Depois, atearam fogo ao veículo.

Jeanbrun estava na sede da Prefeitura no momento do ataque, mas sua mulher e filho, que estavam na residência vandalizada, ficaram feridos. A Justiça investiga o caso como tentativa de assassinato. "Eles queriam queimar a casa e perceberam que havia alguém dentro. Em vez de parar, [os criminosos] lançaram fogos de artifício", disse Jeanbrun.

No domingo, a avó de Nahel clamou pelo fim do tumulto nacional, afirmando que os manifestantes estão usando a morte de seu neto como desculpa para causar estragos no país. "Estou dizendo a eles para pararem", disse ela à imprensa local. "Não quebrem vitrines, não destruam escolas e ônibus. São mães usam os ônibus."

A violência na França, que sediará a Copa do Mundo de rúgbi neste ano e as Olimpíadas no ano que vem, preocupa autoridades estrangeiras. Vários países aconselharam seus cidadãos a não viajarem para as áreas afetadas pelos distúrbios. As cenas lembram os distúrbios que abalaram a França em 2005 após a morte de dois adolescentes perseguidos pela polícia. Naquele ano, o balanço de três semanas de manifestações foi de aproximadamente 10 mil veículos destruídos, mais de 200 edifícios públicos incendiados e 5.200 pessoas detidas.

Os atos recentes são protagonizados por jovens dos chamados "quartier chaud", ou "bairros quentes" — a idade média dos detidos é de 17 anos, e alguns têm 13, vindos de locais repletos de c

GUERRA NUCLEAR

Polônia quer instalar armas americanas contra Rússia

A Polônia, um dos mais belicistas membros da Otan, quer que a aliança militar posicione armas nucleares dos EUA em seu território como reação à instalação de ogivas atômicas russas na Belarus. O pedido foi feito pelo premiê Mateusz Morawiecki durante entrevista coletiva na sexta-feira, após reunião da União Europeia em Bruxelas. "A decisão final vai depender dos nossos parceiros americanos e da Otan. Declaramos nossa vontade de agir rapidamente sobre esse assunto." O premiê disse que a instalação das ogivas russas na Belarus, anunciada neste mês pelo líder russo, Vladimir Putin, e pelo ditador aliado Aleksandr Lukachenko, ameaça seu país e todos os membros europeus da Otan, já bastante agitados devido à Guerra da Ucrânia.

"Não queremos ficar sentados enquanto Putin escala todo tipo de ameaça", afirmou Morawiecki. Hoje, segundo a FAS (Federação dos Cientistas Americanos, na sigla inglesa), há cem bombas táticas B61 americanas em cinco países membros da Otan —o maior contingente, 35, em duas bases aéreas na Itália.

Elas são todas feitas para serem lançadas de caças F-16, Tornado e, futuramente, F-35. Bombas nucleares táticas nunca foram cobertas pelos acordos de controle e redução de armas nucleares, que deixaram de existir quando Putin suspendeu sua participação no Novo Start, neste ano.